



SUMÁRIO

PRÓLOGO	3
PREFÁCIO	9
NOTAS INTRODUTÓRIAS DO AUTOR	15
SUMÁRIO.....	23
ABREVIATURAS.....	51
1. TABELIONATO DE PROTESTO.....	59
 1.1. Títulos de Crédito.....	61
1.1.1. Conceito	61
1.1.2. Regime jurídico.....	62
1.1.3. Princípios.....	63
1.1.3.1. Introdução.....	63
1.1.3.2. Literalidade.....	63
1.1.3.3. Cartularidade.....	64
1.1.3.4. Autonomia.....	65
1.1.4. Classificação	66
1.1.4.1. Introdução.....	66
1.1.4.2. Quanto ao modelo	66
1.1.4.3. Quanto à estrutura.....	67
1.1.4.4. Quanto às hipóteses de emissão	67
1.1.4.5. Quanto à circulação	68
1.2. Outros documentos de dívida	69
1.3. Protesto Notarial	71
1.3.1. Introdução histórica.....	71
1.3.2. O protesto no Brasil	72
1.3.3. Conceito	82
1.3.4. Objeto	85
1.3.5. Finalidade	91
1.3.6. Regime jurídico	92
1.3.7. Natureza jurídica	94
1.3.8. Atribuição.....	98
1.3.9. Função	99
1.3.10. Princípios	102
1.3.10.1. Introdução	102
1.3.10.2. Princípios normativos	103
1.3.10.2.1. Princípio da autenticidade.....	103
1.3.10.2.2. Princípio da publicidade.....	107
1.3.10.2.3. Princípio da segurança.....	108
1.3.10.2.4. Princípio da eficácia	109

1.3.10.3. Princípios doutrinários.....	110
1.3.10.3.1. Princípio da oficialidade.....	110
1.3.10.3.2. Princípio da unitariedade	111
1.3.10.3.3. Princípio da insubstitutividade	112
1.3.10.3.4. Princípio da celeridade.....	112
1.3.10.3.5. Princípio da formalidade mitigada.....	114
1.3.10.3.6. Princípio da rogação	115
1.3.10.4. Demais princípios	116
1.3.11. Classificação.....	117
1.3.11.1. Introdução	117
1.3.11.2. Quanto à função.....	118
1.3.11.2.1. Introdução.....	118
1.3.11.2.2. Necessário	118
1.3.11.2.3. Facultativo.....	119
1.3.11.3. Quanto ao tipo	120
1.3.11.3.1. Comum.....	120
1.3.11.3.2. Especial para fins de falência	121
1.3.11.4. Quanto ao motivo.....	122
1.3.11.4.1. Introdução.....	122
1.3.11.4.2. Por falta de pagamento	122
1.3.11.4.3. Por falta de aceite	123
1.3.11.4.4. Por falta de devolução.....	124
1.3.11.4.5. Por falta de data no aceite.....	124
1.3.12. Contraprotesto.....	124
1.4. Escrituração	125
1.4.1. Introdução	125
1.4.2. Livros	126
1.4.2.1. Introdução	126
1.4.2.2. Livro de Protocolo.....	127
1.4.2.3. Livro de Registro de Protestos	128
1.4.3. Índices	130
1.4.4. Arquivos.....	131
1.4.5. Conservação.....	131
1.5. Da ordem dos serviços	133
1.6. Da distribuição	134
1.6.1. Introdução.....	134
1.6.2. Do procedimento de distribuição	136
1.7. Lugar do protesto.....	139
1.8. Procedimento	142
1.8.1. Da apresentação e protocolização.....	142

1.8.1.1. Apresentante.....	142
1.8.1.2. Apresentação ao distribuidor.....	143
1.8.1.3. Protocolização.....	146
1.8.1.3.1. Recibo ou formalização da apresentação	147
1.8.1.3.2. Responsabilidade pelas informações do título e do recibo de apresentação.....	148
1.8.2. Da Qualificação	149
1.8.2.1. Noções gerais.....	149
1.8.2.2. Títulos em moeda estrangeira.....	156
1.8.2.3. Títulos sujeitos à correção.....	158
1.8.2.4. Títulos e outros documentos de dívida, eletrônicos.....	160
1.8.2.5. Títulos de crédito.....	162
1.8.2.5.1. Introdução	162
1.8.2.5.2. Nota Promissória.....	162
1.8.2.5.3. Cheque	166
1.8.2.5.4. Duplicata.....	176
1.8.2.5.4.1. Noções gerais	176
1.8.2.5.4.2. Protesto por falta de aceite	179
1.8.2.5.4.3. Protesto por falta de devolução.....	181
1.8.2.5.4.4. Duplicata eletrônica.....	183
1.8.2.5.4.5. Duplicata de prestação de serviço.....	185
1.8.2.6. Outros documentos de dívida.....	186
1.8.2.6.1. Títulos executivos extrajudiciais	186
1.8.2.6.1.1. Certidão de Dívida Ativa	186
1.8.2.6.1.2. Encargos condominiais	192
1.8.2.6.1.3. Locação	195
1.8.2.6.1.4. Escritura pública ou documento público assinado pelo devedor	197
1.8.2.6.1.5. Documento assinado pelo devedor e por duas testemunhas.....	198
1.8.2.6.1.6. Contrato de abertura de crédito	200
1.8.2.6.1.7. Contrato de honorários advocatícios.....	201
1.8.2.6.1.8. Alienação fiduciária.....	202
1.8.2.6.1.9. Cédula de crédito bancário	204
1.8.2.6.1.10. Certidão notarial e registral	205
1.8.2.6.1.11. Instrumento de resarcimento de seguradoras.....	207
1.8.2.6.2. Títulos executivos judiciais.....	207
1.8.2.6.2.1. Introdução.....	207
1.8.2.6.2.2. Decisões Judiciais	208
1.8.2.6.2.3. Autocomposição.....	213
1.8.2.6.2.4. Formal e certidão de partilha.....	214
1.8.2.6.2.5. Sentença arbitral.....	214
1.8.2.6.2.6. Decisão estrangeira.....	215
1.8.2.6.2.7. Sentença penal.....	215
1.8.3. Da intimação	216
1.8.3.1. Questões preliminares	216

1.8.3.2. Espécies	218
1.8.3.2.1. Intimação convencional	218
1.8.3.2.2. Intimação por edital	222
1.8.3.3. Legitimidade passiva da intimação	224
1.8.4. Do prazo	226
1.8.5. Da desistência do protesto	227
1.8.6. Dos atos do devedor	229
1.8.6.1. Da sustação do protesto.....	229
1.8.6.2. Da apresentação de resposta pelo intimado.....	234
1.8.6.3. Do pagamento.....	234
1.8.6.3.1. Da quitação dada pelo tabelião.....	239
1.8.7. Do registro e das averbações	241
1.8.7.1. Registro do Protesto.....	241
1.8.7.2. Recuperação judicial	249
1.8.7.3. Averbações.....	250
1.8.7.3.1. Retificações.....	250
1.8.7.3.2. Cancelamento.....	252
1.9. Certidões.....	256
1.9.1. Introdução	256
1.9.2. Expedição de certidões.....	257
1.9.3. Fornecimento de certidão em forma de relação	258
1.10. Emolumentos	259
1.10.1. Aspectos gerais	259
1.10.2. Previsão legal	260
1.10.3. Isenções de emolumentos	263
1.10.4. Gratuidade dos emolumentos.....	264
1.10.5. Emolumentos no cancelamento e sustação definitiva de protesto	264
1.10.6. Emolumentos do microempresário e empresa de pequeno porte	265
Bibliografia	267
2. TABELIONATO E OFÍCIO DE REGISTRO DE CONTRATOS MARÍTIMOS	271
2.1. Direito Marítimo	273
2.1.1. Conceito.....	273
2.1.2. Natureza Jurídica	273
2.1.3. Nomenclaturas essenciais.....	275
2.1.3.1. Introdução	275
2.1.3.2. Embarcação.....	275
2.1.3.2.1. Conceito	275
2.1.3.2.2. Natureza Jurídica	277
2.1.3.3. Nome da Embarcação	277
2.1.3.4. Nacionalidade da Embarcação.....	278

2.1.3.5. Bandeira de Conveniência.....	279
2.1.3.6. Arqueação Bruta (AB)	280
2.2. A Atividade de Notas e de Registro no Direito Marítimo	281
2.2.1. Introdução	281
2.2.2. A importância do Registro para o Direito Marítimo.....	282
2.2.3. Histórico Legislativo	283
2.2.4. Normas em vigor	289
2.2.5. O suposto Conflito de Competência entre o Tribunal Marítimo e o Ofício de Notas e Registro de Contratos Marítimos.....	289
2.2.6. Divisão de Competência	291
2.3. Ofício de Notas e Registro de Contratos Marítimos – Natureza Híbrida	292
2.3.1. Nomenclatura e natureza da atividade	292
2.3.2. Atribuições.....	294
2.3.3. Exercício da Atividade por Tabelionatos Comuns – Competência Subsidiária.....	295
2.3.4. Procedimento adotado pelos Ofícios de Notas e Registro de Contratos Marítimos	297
2.3.4.1. Introdução.....	297
2.3.4.2. Dos Livros.....	298
2.3.4.2.1. Do Livro de Protocolo	298
2.3.4.2.2. Do Livro de Registro Geral.....	298
2.3.4.2.3. Do Livro de Registro Auxiliar.....	299
2.3.4.3. Do Procedimento	300
2.3.4.3.1. Prenotação	300
2.3.4.3.2. Qualificação registral	301
2.3.4.3.3. Registro da “Propriedade Marítima” e de Contratos Marítimos.....	301
2.3.4.3.4. Emissão da Certidão.....	302
2.3.5. Visão crítica.....	302
2.4. Capitania dos Portos e a Inscrição da Propriedade Marítima	303
2.5. Tribunal Marítimo.....	305
2.5.1. Breve Histórico Legislativo.....	305
2.5.2. Natureza jurídica, atribuições e composição.....	307
2.5.3. Procuradoria Especial da Marinha	309
2.5.4. A Atividade Registral no Tribunal Marítimo	311
2.5.4.1. Obrigatoriedade do Registro no Tribunal Marítimo.....	311
2.5.4.2. Tipos de Registro.....	312
2.5.4.2.1. Registro de Propriedade Marítima	312
2.5.4.2.2. Registro de Armador.....	313
2.5.4.2.3. Registro de Ônus.....	314
2.5.4.2.4. Dos Livros e do Sistema SisCarem	315
2.5.4.3. Procedimento Registral	315

2.5.4.3.1. Seção de Exame e Instrução	315
2.5.4.3.1.1. Protocolo da documentação junto à Capitania dos Portos.....	315
2.5.4.3.1.2. Envio à Procuradoria Especial da Marinha.....	316
2.5.4.3.2. Seção de Cadastro	316
2.5.4.3.2.1. Autuação no Sistema e Confecção de Certificados	316
2.5.4.4. Registro Especial Brasileiro (REB).....	318
2.5.4.4.1. Introdução	318
2.5.4.4.2. Conceito	318
2.5.4.4.3. Pré-registro.....	319
Bibliografia.....	321
3. OFÍCIOS DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO E DISTRIBUIDORES JUDICIAIS...325	
3.1. Ofícios de Registro de Distribuição.....	327
3.1.1. Introdução.....	327
3.1.2. Conceito.....	329
3.1.3. Natureza Jurídica	329
3.1.4. Regime jurídico	330
3.1.5. Atribuição.....	331
3.1.6. Ofícios de Registro de Distribuição do Rio de Janeiro	332
3.1.6.1. Registro de Distribuição de Feitos Ajuizados.....	332
3.1.6.1.1. Divisão de Competência entre os Ofícios de Registro de Distribuição	332
3.1.6.1.2. Procedimento de Registro e Emissão da Certidão.....	333
3.1.6.1.3. Requisitos obrigatórios da Certidão	336
3.1.6.2. Registro de Distribuição de Escrituras, Títulos e outros Documentos.....	339
3.2. Registros Públicos e Notas na Forma Eletrônica	341
3.2.1. Introdução.....	341
3.2.2. Regime Jurídico.....	348
3.2.3. Documentos digitais e eletrônicos	352
3.2.4. Publicidade	355
3.3. Centrais Nacionais Eletrônicas.....	356
3.3.1. No Registro Civil das Pessoas Naturais.....	356
3.3.1.1. CRC - Central de Informações do Registro Civil.....	356
3.3.1.1.1. Conceito e Regime jurídico.....	356
3.3.1.1.2. Integrantes	361
3.3.1.1.3. Objeto	362
3.3.1.1.4. Forma de operação.....	364
3.3.1.1.5. Fiscalização	365
3.3.1.1.6. Publicidade	365
3.3.2. No Registro Civil das Pessoas Jurídicas e de Títulos e Documentos	366
3.3.2.1. Sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas (SRTDPJ).....	366

3.3.2.1.1. Introdução	366
3.3.2.1.2. Regime Jurídico.....	367
3.3.2.1.3. Titularidade.....	368
3.3.2.1.4. Princípios	368
3.3.2.1.5. Vedações normativas.....	369
3.3.2.1.6. Procedimento.....	369
3.3.2.2. Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB	370
3.3.2.2.1. Introdução	370
3.3.2.2.2. Objeto.....	371
3.3.2.2.3. Atos do registrador.....	371
3.3.2.2.4. Fiscalização.....	372
3.3.3. No Tabelionato de Notas	373
3.3.3.1. Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC.....	373
3.3.3.2. Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários - CESDI.....	375
3.3.3.3. Central de Escrituras e Procurações – CEP	375
3.3.3.4. Do Registro Central de Testamentos On-Line – RCTO	377
3.3.3.5. Central Nacional de Sinal Público – CNSIP	378
3.3.4. No Registro de Imóveis	379
3.3.4.1. Central Nacional de Indisponibilidade – CNIB.....	379
3.3.4.1.1. Breves Considerações	379
3.3.4.1.2. Finalidade.....	381
3.3.4.1.3. Fiscalização.....	382
3.3.4.1.4. Usuários.....	382
3.3.4.1.5. Procedimento registral.....	383
3.3.4.2. Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Registradores de Imóveis - Central Registradores de Imóveis	385
3.3.4.2.1. Introdução	385
3.3.4.2.2. Breve histórico.....	388
3.3.4.2.3. Integrantes e operabilidade.....	390
3.3.4.2.4. Características.....	393
3.3.4.2.4.1. Universalização na prestação do serviço	393
3.3.4.2.4.2. Uniformidade de procedimentos e informação registral	394
3.3.4.2.4.3. Centralização de informações registrais.....	395
3.3.4.2.4.4. Interconexão entre notário e Registro de Imóveis	396
3.3.4.2.4.5. Exclusividade da central eletrônica para títulos eletrônicos.....	396
3.3.4.2.5. Módulos de serviços eletrônicos.....	397
3.3.4.2.6. Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico (ONR)	399
3.3.4.2.6.1. Conceito e Finalidade	399
3.3.4.2.6.2. Agente regulador	400
3.3.4.3. Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP	404
3.3.5. Tabelionatos de Protesto.....	409

3.3.5.1. CENPROT - Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Tabeliões de Protesto do Estado de São Paulo.....	409
3.3.5.2. CIP – Central de Informações de Protesto.....	412
3.3.5.3. CRA – Central de Remessa de Arquivos	412
3.3.5.4. CERTPROT – Central de Certidões de Protesto.....	413
Bibliografia	414
4. REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS	417
4.1. Da Pessoa Jurídica	419
4.1.1. Introdução.....	419
4.1.2. Conceito.....	420
4.1.3. Denominação	423
4.1.4. Natureza jurídica.....	426
4.1.4.1. Introdução	426
4.1.4.2. Teorias negativistas.....	428
4.1.4.2.1. Noções gerais.....	428
4.1.4.2.2. Teoria do patrimônio sem sujeito.....	429
4.1.4.2.3. Teoria da propriedade coletiva.....	430
4.1.4.2.4. Teoria do condomínio.....	431
4.1.4.2.5. Teoria da mera aparência.....	431
4.1.4.2.6. Teoria negadora de toda personalidade jurídica	432
4.1.4.3. Teorias afirmativistas.....	433
4.1.4.3.1. Noções gerais.....	433
4.1.4.3.2. Teorias da ficção.....	434
4.1.4.3.2.1. Noções gerais.....	434
4.1.4.3.2.2. Teoria da ficção legal	434
4.1.4.3.2.3. Teoria da ficção doutrinária.....	435
4.1.4.3.2.4. Críticas à teoria ficcionista	436
4.1.4.3.3. Teorias da realidade	436
4.1.4.3.3.1. Noções gerais.....	436
4.1.4.3.3.2. Teoria da realidade orgânica.....	437
4.1.4.3.3.3. Teoria da realidade jurídica ou institucionalista	439
4.1.4.3.3.4. Teoria da realidade técnica.....	440
4.1.4.4. Outras teorias e posicionamentos.....	442
4.1.4.4.1. Teoria da realidade normativa.....	442
4.1.4.4.2. Teoria da pessoa jurídica como uma construção lógica.....	443
4.1.4.4.3. Visão doutrinária empresarial.....	444
4.1.4.4.4. Visão contemporânea.....	445
4.1.4.4.5. Teoria da realidade registral.....	446
4.1.5. Histórico.....	448
4.1.5.1. Introdução	448
4.1.5.2. Direito romano	448

4.1.5.3. Direito germânico	452
4.1.5.4. Direito canônico	453
4.1.5.5. Direito Moderno	455
4.1.5.6. Direito Brasileiro	459
4.1.6. Classificação	466
4.1.6.1. Introdução.....	466
4.1.6.2. Quanto à órbita de atuação	468
4.1.6.3. Quanto à estrutura interna	470
4.1.6.4. Quanto à nacionalidade.....	474
4.2. Pressupostos e Constituição das Pessoas Jurídicas.....	477
4.2.1. Introdução	477
4.2.2. Pessoa Jurídica de Direito Privado.....	479
4.2.2.1. Introdução.....	479
4.2.2.2. Sistemas constitutivos.....	480
4.2.2.3. Pressupostos.....	481
4.2.2.3.1. Vontade criadora	481
4.2.2.3.2. Ato constitutivo.....	483
4.2.2.3.2.1. Conceito.....	483
4.2.2.3.2.2. Estatuto social	484
4.2.2.3.2.3. Contrato social	485
4.2.2.3.3. Formalidade administrativa do registro	487
4.2.2.3.4. Liceidade de propósitos.....	491
4.2.2.3.5. Autorização para o funcionamento	492
4.2.3. Pessoa jurídica de Direito público	492
4.3. Capacidade e Representação	494
4.3.1. Teoria da apresentação.....	494
4.3.2. Presentação individual.....	497
4.3.3. Presentação coletiva.....	499
4.4. Entes Despersonalizados.....	501
4.4.1. Introdução	501
4.4.2. Sociedades não personificadas	504
4.4.2.1. Natureza jurídica	504
4.4.2.2. Sociedade em comum	505
4.4.2.2.1. Natureza jurídica.....	505
4.4.2.2.2. Conceito.....	506
4.4.2.2.3. Efeitos	507
4.4.2.3. Sociedade em conta de participação.....	511
4.4.2.3.1. Conceito.....	511
4.4.2.3.2. Natureza jurídica.....	512
4.4.2.3.3. Origem histórica.....	513
4.4.2.3.4. Efeitos	514

4.4.3. Entes com capacidade processual	517
4.4.3.1. Introdução	517
4.4.3.2. Natureza jurídica	519
4.4.3.3. Associação irregular.....	520
4.4.3.4. Massa falida.....	522
4.4.3.5. Herança jacente e vacante.....	526
4.4.3.6. Espólio	531
4.4.4. Entes sui generis	532
4.4.4.1. Condomínio edilício	532
4.4.4.2. Nascituro.....	536
4.4.5. Outras entidades sem personalidade.....	537
4.4.5.1. Família	537
4.4.5.2. Convênios administrativos.....	538
4.4.5.3. Órgãos públicos.....	540
4.4.5.4. Serventias extrajudiciais.....	542
4.4.5.5. Fundos de Investimento.....	545
4.5. Pessoas jurídicas de direito público externo.....	546
4.5.1. Introdução.....	546
4.5.2. Estados estrangeiros	547
4.5.3. Santa Sé	548
4.5.4. Organismos internacionais.....	550
4.6. Pessoas jurídicas de direito público interno	553
4.6.1. Administração Direta	553
4.6.1.1. Noções introdutórias.....	553
4.6.1.1.1. Organização do Estado Brasileiro.....	553
4.6.1.1.2. Autonomia dos Entes Federativos	557
4.6.1.1.3. Competência dos Entes Federativos	557
4.6.1.2. União.....	558
4.6.1.3. Estados.....	560
4.6.1.4. Municípios	561
4.6.1.5. Distrito Federal	563
4.6.1.6. Território	564
4.6.2. Administração Indireta	565
4.6.2.1. Noções introdutórias.....	565
4.6.2.2. Autarquias.....	567
4.6.2.3. Fundações públicas.....	570
4.6.2.3.1. Conceito	570
4.6.2.3.2. Natureza Jurídica	571
4.6.2.3.3. Espécies	573
4.6.2.4. Associação pública ou consórcio público.....	575
4.7. Pessoas jurídicas de direito híbrido.....	579
4.7.1. Conceito.....	579

4.7.2. Entidades estatais da Administração Pública Indireta	581
4.7.2.1. Introdução.....	581
4.7.2.2. Empresa pública	585
4.7.2.3. Sociedade de economia mista	585
4.7.3. Entidades paraestatais ou do Terceiro Setor.....	587
4.7.3.1. Introdução.....	587
4.7.3.2. Serviço Social Autônomo - SSA.....	589
4.7.3.3. Organização Social – OS	592
4.7.3.4. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.....	593
4.7.3.5. Organização Não-Governamentais – ONG.....	595
4.8. Pessoas jurídicas de direito privado	596
4.8.1. Corporações	596
4.8.1.1. Conceito e Classificação.....	596
4.8.1.2. Associação.....	597
4.8.1.3. Sociedade.....	603
4.8.1.3.1. Conceito.....	603
4.8.1.3.2. Classificação	607
4.8.1.3.3. Sociedade simples.....	607
4.8.1.3.4. Sociedade empresária	613
4.8.1.4. Sociedade em nome coletivo.....	616
4.8.1.5. Sociedade em comandita simples.....	617
4.8.1.6. Sociedade limitada	618
4.8.1.7. Sociedade anônima ou por ações	621
4.8.1.8. Sociedade em comandita por ações.....	627
4.8.1.9. Cooperativa	628
4.8.1.9.1. Introdução	628
4.8.1.9.2. Conceito	629
4.8.1.9.3. Natureza jurídica	630
4.8.1.9.4. Características	630
4.8.1.9.5. Classificação das cooperativas.....	631
4.8.1.9.6. Constituição e inscrição de seus atos constitutivos	633
4.8.2. Fundações.....	634
4.8.2.1. Conceito	634
4.8.2.2. Finalidade.....	635
4.8.2.3. Patrimônio	636
4.8.2.4. Constituição.....	636
4.8.2.5. Extinção.....	639
4.8.3. Outras pessoas jurídicas de direito privado.....	639
4.8.3.1. Organização religiosa.....	639
4.8.3.1.1. Evolução Histórica	639
4.8.3.1.2. Conceito	641
4.8.3.1.3. Constituição	642
4.8.3.2. Partido político	643

4.8.3.2.1. Conceito	643
4.8.3.2.2. Constituição	644
4.8.3.2.3. Princípios.....	645
4.8.3.3. Sindicato	648
4.8.3.3.1. Conceito	648
4.8.3.3.2. Princípios.....	649
4.8.3.3.3. Contribuições Sindicais	650
4.8.3.3.4. Representação Sindical	651
4.8.3.3.5. Constituição	651
4.8.3.4. Empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI).....	654
4.8.3.4.1. Introdução	654
4.8.3.4.2. Conceito	656
4.8.3.4.3. Natureza jurídica.....	657
4.8.3.4.4. Instituidor	658
4.8.3.4.5. Constituição	659
4.8.3.4.6. Capital social	660
4.8.3.4.7. Nome empresarial	661
4.8.3.4.8. Revogação	661
4.9. Igreja Católica.....	662
4.9.1. Conceito e natureza	662
4.9.2. Organização.....	663
4.9.3. A Santa Sé Apostólica. Sua personalidade jurídica <i>sui generis</i> no plano do direito internacional	664
4.9.4. A personalidade jurídica da Igreja Católica.....	665
4.9.4.1. Introdução	665
4.9.4.2. A colocação no Código de Direito Canônico.....	665
4.9.5. A Igreja Católica no Brasil.....	667
4.9.5.1. Breve histórico	667
4.9.5.2. O reconhecimento da personalidade da Igreja pelo Acordo Brasil-Santa Sé.....	668
4.9.5.3. A Igreja Católica não é organização religiosa	670
4.9.5.4. A Igreja Católica não é pessoa jurídica de direito público	670
4.9.6. Instituições eclesiásticas	671
4.9.6.1. Dioceses	671
4.9.6.2. Paróquias	672
4.9.7. Breve Histórico	673
4.10. Responsabilidade das Pessoas Jurídicas	676
4.10.1. Responsabilidade civil	676
4.10.1.1. Das pessoas jurídicas de direito público interno.....	676
4.10.1.2. Das pessoas jurídicas de direito público externo	678
4.10.1.3. Das pessoas jurídicas de direito híbrido	680
4.10.1.3.1. Entidades estatais.....	680

4.10.1.3.2. Entidades paraestatais	682
4.10.1.4. Das pessoas jurídicas de direito privado.....	683
4.10.1.4.1. Introdução.....	683
4.10.1.4.2. Responsabilidade dos administradores.....	684
4.10.1.4.3. Responsabilidade dos sócios.....	684
4.10.2. Outras espécies de responsabilidade	685
4.10.2.1. Responsabilidade penal	685
4.10.2.2. Responsabilidade administrativa.....	686
4.10.2.3. Responsabilidade tributária	688
4.11. Individualização da Pessoa Jurídica	690
4.11.1. Identificação.....	690
4.11.2. Domicílio.....	694
4.12. Desconsideração da Personalidade Jurídica	696
4.12.1. Introdução e origem.....	696
4.12.2. Conceito.....	699
4.12.3. Causas que admitem a desconsideração.....	700
4.12.3.1. Legislação civil (art. 50 do CC).....	700
4.12.3.2. Legislação consumerista (art. 28, <i>caput e § 5º</i> , do CDC)	704
4.12.3.3. Outras hipóteses	705
4.12.4. Teorias	706
4.12.5. Desconsideração inversa.....	707
4.12.6. Repercussões processuais.....	707
4.13. Modificações das Pessoas Jurídicas	709
4.13.1. Introdução	709
4.13.2. Transformação.....	709
4.13.3. Incorporação.....	715
4.13.4. Fusão.....	719
4.13.5. Cisão.....	721
4.13.5.1. Introdução	721
4.13.5.2. Cisão integral (total).....	723
4.13.5.3. Cisão parcial	723
4.13.5.4. Cisão total	723
4.14. Extinção das Pessoas Jurídicas.....	724
4.14.1. Introdução	724
4.14.2. Extinção das pessoas jurídicas de direito público.....	724
4.14.3. Extinção das pessoas jurídicas de direito privado.....	725
4.14.3.1. Espécies de extinção	725
4.14.3.2. Consequências da extinção	727
4.15. Das Juntas Comerciais	727
4.15.1. Introdução	727
4.15.2. Conceito	729

4.15.3. Natureza jurídica	730
4.15.4. Breve Histórico.....	733
4.15.4.1. Introdução.....	733
4.15.4.2. Mesas de Inspeção.....	733
4.15.4.3. Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação	734
4.15.4.4. Imperial Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.....	736
4.15.4.5. Tribunais e Juntas do Comércio	736
4.15.4.6. Conservatórias do Comércio	738
4.15.4.7. Juntas e Inspetorias Comerciais	738
4.15.5. Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis.....	740
4.15.5.1. Histórico.....	740
4.15.5.2. Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI).....	742
4.15.5.3. Juntas Comerciais	744
4.15.6. Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).....	746
4.15.7. Atos de Registro.....	748
4.15.7.1. Introdução.....	748
4.15.7.2. Matrícula.....	749
4.15.7.2.1. Conceito.....	749
4.15.7.2.2. Administrador de armazém geral e trapicheiro.....	749
4.15.7.2.3. Tradutor Público ou Intérprete Comercial.....	751
4.15.7.2.4. Leiloeiro Público Oficial.....	753
4.15.7.3. Arquivamento.....	755
4.15.7.3.1. Firmas Individuais (empresário individual)	756
4.15.7.3.2. Sociedades Empresárias.....	757
4.15.7.3.3. Cooperativas	757
4.15.7.3.4. Empresário individual.....	759
4.15.7.3.4.1. Introdução e conceito	759
4.15.7.3.4.2. Requisitos para ser empresário	761
4.15.7.3.4.1. Responsabilidade empresário	763
4.15.7.3.4.2. Nome empresarial	763
4.15.7.3.4.3. Registro do empresário	764
4.15.7.4. Autenticação.....	766
4.16. Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas	769
4.16.1. Introdução.....	769
4.16.2. Conceito	774
4.16.3. Regime jurídico – Evolução.....	777
4.16.3.1. Introdução.....	777
4.16.3.2. Atual plano constitucional.....	780
4.16.3.3. Atual plano infraconstitucional	782
4.16.4. Atribuição.....	786
4.16.4.1. Introdução.....	786

4.16.4.2. Registro	789
4.16.4.3. Matrícula.....	792
4.16.4.4. Averbação.....	795
4.16.4.5. Certificação.....	796
4.16.4.6. Registro e autenticação de livros	798
4.16.5. Princípios	799
4.16.5.1. Princípio da legalidade.....	799
4.16.5.2. Princípio da instância (rogação)	800
4.16.5.3. Princípio da territorialidade.....	801
4.16.5.4. Princípio da continuidade.....	802
4.16.5.5. Princípio da veracidade ou fé.....	805
4.16.5.6. Princípio da publicidade.....	807
4.16.5.7. Princípio da concentração	808
4.16.6. Livros.....	809
4.16.6.1. Livro de Protocolo.....	812
4.16.6.2. Livro A.....	813
4.16.6.3. Livro B.....	814
4.16.7. Requisitos para Inscrição.....	814
4.16.7.1. Introdução	814
4.16.7.2. Dos requisitos legais dos arts. 46 do Código Civil e 120 da Lei nº 6.015/1973	818
4.16.7.3. Prévia autorização do poder público.....	826
4.16.7.4. Visto do advogado.....	827
4.16.7.5. Prévia inscrição no órgão do Conselho Regional.....	828
4.16.7.6. Cautelas registrais em relação à denominação da pessoa jurídica	829
4.16.7.7. Adaptação às regras do Código Civil de 2002.....	830
4.16.7.8. Inexistência de objeto ou objetivo ilícito ou contrários, nocivos ou perigosos....	832
4.17. Procedimento registral.....	834
4.17.1. Questões preliminares	834
4.17.2. Prazo e Competência registral	836
4.17.3. Qualificação registral.....	837
4.17.3.1. Juízo negativo de qualificação.....	837
4.17.3.1.1. Introdução.....	837
4.17.3.1.2. Dúvida registral.....	838
4.17.3.1.2.1. Conceito	838
4.17.3.1.2.2. Legitimidade	839
4.17.3.1.2.3. Objeto	839
4.17.3.1.2.4. Procedimento.....	840
4.17.3.1.2.5. Competência para julgamento	840
4.17.3.1.2.6. Dúvida inversa	841
4.17.3.2. Juízo positivo de qualificação	842
4.17.4. Registro de Associações	845
4.17.4.1. Conceitos e precisões terminológicas.....	845
4.17.4.2. Questões atinentes à qualificação registral	847

4.17.4.3. Especificidades do Registro.....	849
4.17.4.3.1. Questões antecedentes.....	849
4.17.4.3.2. Documentos e qualificação.....	850
4.17.4.4. Transformação de associação em outra pessoa jurídica.....	853
4.17.4.5. Entidade religiosa: associação ou organização religiosa	855
4.17.5. Registro de Sociedades	857
4.17.5.1. Conceitos e competência registral	857
4.17.5.2. Sociedades simples puras.....	860
4.17.5.3. Sociedades simples não puras.....	862
4.17.5.4. Atividade rural.....	863
4.17.5.5. Anotações gerais sobre o registro.....	863
4.17.5.6. Sociedade unipessoal	865
4.17.5.7. Sociedade entre cônjuges	865
4.17.6. Registro de Cooperativas.....	866
4.17.7. Registro de Fundações.....	868
4.17.7.1. Introdução.....	868
4.17.7.2. Mudanças legislativas da Lei nº 13.151, de 28 de julho de 2015	869
4.17.7.3. Fases de constituição.....	870
4.17.7.4. Registro.....	874
4.17.7.4.1. Documentos.....	874
4.17.7.4.2. Qualificação registral.....	875
4.17.8. Registro de Organizações Religiosas.....	876
4.17.8.1. Introdução.....	876
4.17.8.2. Registro	880
4.17.8.3. Averbação.....	881
4.17.9. Registro de Partidos Políticos	881
4.17.9.1. Introdução.....	881
4.17.9.2. Fases do registro	884
4.17.9.2.1. Primeira fase	884
4.17.9.2.2. Segunda fase	885
4.17.9.2.3. Terceira fase	885
4.17.9.2.4. Quarta fase	886
4.17.9.2.5. Quinta fase	886
4.17.9.2.6. Sexta fase.....	886
4.17.9.3. Averbações.....	887
4.17.10. Empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI	887
4.17.10.1. Introdução.....	887
4.17.10.2. Natureza jurídica e conceito	888
4.17.10.3. Constituição.....	890
4.17.10.4. Nome empresarial.....	894
4.17.10.5. Registro.....	894
4.17.11. Registro dos Sindicatos.....	895
4.17.11.1. Natureza jurídica.....	895

4.17.11.2. Conceitos, competência registral e o princípio da unicidade sindical	895
4.17.11.3. Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.....	898
4.17.11.4. Registro Sindical.....	899
4.17.11.5. Preenchimento do formulário	899
4.17.11.6. Documentos para Registro de Sindicatos e Federações.....	899
4.18. Matrículas	901
4.18.1. Conceito e finalidade	901
4.18.2. Reflexões sobre a Lei 5.250/1967	903
4.18.3. Questões técnicas do RCPJ.....	905
4.18.3.1. Matrícula de jornais e demais publicações periódicas.....	905
4.18.3.2. Matrícula de oficinas impressoras.....	906
4.18.3.3. Matrícula de empresa de radiodifusão	906
4.18.3.4. Matrícula de empresa de agência de notícias.....	906
4.18.3.5. Averbações.....	907
4.19. Autenticação de Livros	907
4.19.1. Introdução.....	907
4.19.2. Da Autenticação.....	911
4.20. Averbações.....	914
4.20.1. Conceito	914
4.20.2. Renúncia de administrador.....	916
4.20.3. Alterações do Estatuto da Fundação	917
4.20.4. Transformação de pessoa jurídica	917
4.20.5. Fusão, cisão e incorporação de pessoas jurídicas	918
4.20.6. Alteração de localização da pessoa jurídica	920
4.20.7. Certidões negativas de débito federal para atos de averbações.....	921
4.20.8. Encerramento da pessoa jurídica	922
4.20.8.1. Da Associação	922
4.20.8.2. Da Sociedade	923
4.20.8.3. Da Fundação	925
Bibliografia	926
5. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS.....	939
5.1. Títulos registráveis	941
5.1.1. Instrumentos particulares	941
5.1.1.1. Conceito	941
5.1.1.2. Requisitos.....	941
5.1.1.3. Efeitos do assentamento no Ofício de Registro de Títulos e Documentos	942
5.1.2. Contrato de Caução	943
5.1.2.1. Conceito	943
5.1.2.2. Natureza Jurídica.....	943
5.1.2.3. Classificação.....	944

5.1.2.3.1. Quanto ao objeto.....	944
5.1.2.3.1.1. Caução real.....	944
5.1.2.3.1.2. Caução pessoal.....	945
5.1.2.3.2. Quanto à causa	947
5.1.2.3.2.1. Caução convencional.....	947
5.1.2.3.2.2. Caução legal.....	947
5.1.2.3.2.3. Caução judicial.....	947
5.1.2.4. Requisitos.....	948
5.1.3. Penhor Comum.....	949
5.1.3.1. Introdução	949
5.1.3.2. Conceito	950
5.1.3.3. Classificação	950
5.1.3.4. Requisitos.....	951
5.1.4. Penhor de animais.....	952
5.1.4.1.1. Conceito e registro no Ofício de Títulos e Documentos	952
5.1.4.1.2. Características.....	953
5.1.4.1.3. Requisitos.....	954
5.1.5. Caução de Títulos.....	954
5.1.5.1. Conceito	954
5.1.5.2. Natureza Jurídica.....	954
5.1.5.3. Espécies.....	955
5.1.5.3.1. Títulos de Crédito Pessoal.....	955
5.1.5.3.2. Títulos da Dívida Pública.....	955
5.1.5.3.3. Títulos de Bolsa.....	956
5.1.5.4. Efeitos	957
5.1.6. Contrato de fiança.....	957
5.1.6.1. Conceito	957
5.1.6.2. Natureza Jurídica.....	959
5.1.6.3. Estrutura.....	960
5.1.6.3.1. Estrutura subjetiva.....	960
5.1.6.3.2. Estrutura Objetiva.....	961
5.1.6.3.3. Estrutura formal.....	961
5.1.6.4. Efeitos Jurídicos	962
5.1.6.4.1. Na relação entre credor e fiador.....	962
5.1.6.4.2. Na relação entre devedor afiançado e fiador	963
5.1.7. Locação de prédio	964
5.1.7.1. Introdução	964
5.1.7.2. Conceito	964
5.1.7.3. Características.....	965
5.1.7.4. Natureza Jurídica.....	967
5.1.7.5. Pressupostos	967
5.1.7.5.1. Subjetivos	967

5.1.7.5.2. Objetivos.....	968
5.1.7.5.3. Formais.....	969
5.1.7.6. Espécies	971
5.1.7.6.1. Locação residencial	971
5.1.7.6.2. Locação comercial	973
5.1.7.6.3. Locação para temporada.....	974
5.1.7.7. Efeitos	974
5.1.7.7.1. Quanto ao locador.....	974
5.1.7.7.1.1. Direitos.....	974
5.1.7.7.1.2. Deveres	976
5.1.7.7.2. Quanto ao locatário.....	979
5.1.7.7.2.1. Direitos.....	979
5.1.7.7.2.2. Deveres	980
5.1.7.8. Remuneração	982
5.1.7.9. Cláusula de vigência	983
5.1.7.10. Extinção.....	985
5.1.8. Contrato de arrendamento	987
5.1.8.1. Conceito	987
5.1.8.2. Natureza Jurídica.....	988
5.1.8.3. Vigência.....	989
5.1.8.4. Aluguéis.....	990
5.1.8.5. Requisitos.....	990
5.1.9. Contrato de Parceria Agrícola ou Pecuária	991
5.1.9.1. Conceito e principais características.....	991
5.1.9.2. Natureza Jurídica.....	994
5.1.9.3. Requisitos e registro no Ofício de Registro de Títulos e Documentos	994
5.1.10. Contrato de Depósito.....	995
5.1.10.1. Introdução	995
5.1.10.2. Conceito.....	995
5.1.10.3. Natureza Jurídica.....	995
5.1.10.4. Características.....	996
5.1.10.5. Estrutura jurídica.....	998
5.1.10.5.1. Estrutura subjetiva	998
5.1.10.5.2. Estrutura objetiva.....	998
5.1.10.5.3. Estrutura formal.....	998
5.1.10.6. Espécies	999
5.1.10.7. Efeitos	1003
5.1.10.7.1. Em relação ao depositante.....	1003
5.1.10.7.2. Em relação ao depositário.....	1004
5.1.10.8. Extinção.....	1005
5.1.11. Locação de Serviços.....	1006
5.1.11.1. Introdução	1006
5.1.11.2. Conceito.....	1007

5.1.11.3. Natureza Jurídica	1007
5.1.11.4. Características.....	1007
5.1.11.5. Estrutura jurídica.....	1008
5.1.11.5.1. Estrutura subjetiva	1008
5.1.11.5.2. Estrutura objetiva	1009
5.1.11.5.3. Estrutura formal.....	1009
5.1.11.6. Efeitos.....	1010
5.1.11.7. Extinção.....	1011
5.1.12. Compra e venda com reserva de domínio.....	1012
5.1.13. Alienação fiduciária de bens móveis.....	1012
5.1.13.1. Conceito e principais características	1012
5.1.13.2. Natureza Jurídica	1013
5.1.13.3. Requisitos e registro no Ofício de Registro de Títulos e Documentos.....	1013
5.1.14. Documentos estrangeiros	1017
5.1.14.1. Introdução.....	1017
5.1.14.2. Procedimento.....	1018
5.1.14.2.1. Introdução.....	1018
5.1.14.2.2. Legalização ou consularização	1018
5.1.14.2.3. Apostilamento.....	1020
5.1.14.2.4. Tradução juramentada	1021
5.1.14.2.5. Registro	1021
5.1.15. Compra e venda de automóveis	1023
5.1.15.1.1. Introdução.....	1023
5.1.15.1.2. Efeitos do registro no Ofício de Registro de Títulos e Documentos.....	1023
5.1.15.1.3. A desnecessidade do registro de automóveis junto ao RTD.....	1025
5.1.16. Atos administrativos	1027
5.1.16.1. Introdução.....	1027
5.1.16.2. Conceito.....	1028
5.1.16.3. Requisitos	1028
5.1.16.4. Efeitos.....	1029
5.1.17. Cessão de direitos e de crédito.....	1029
5.1.17.1. Conceito.....	1029
5.1.17.2. Natureza Jurídica	1030
5.1.17.3. Espécies.....	1031
5.1.17.4. Requisitos	1031
5.1.17.4.1. Requisitos subjetivos	1031
5.1.17.4.2. Requisitos objetivos	1032
5.1.17.4.3. Requisitos formais.....	1033
5.1.17.5. Efeitos.....	1034
5.1.17.5.1. Entre as partes contratantes.....	1034
5.1.17.5.2. Em relação ao devedor	1035
5.1.18. Sub-rogação	1036

5.1.18.1. Conceito.....	1036
5.1.18.2. Natureza Jurídica.....	1036
5.1.18.3. Espécies.....	1036
5.1.18.3.1. Sub-rogação Convencional.....	1036
5.1.18.3.2. Sub-rogação Legal.....	1037
5.1.18.4. Requisitos	1038
5.1.18.5. Efeitos	1038
5.1.19. Dação em pagamento	1039
5.1.19.1. Conceito.....	1039
5.1.19.2. Natureza Jurídica.....	1039
5.1.19.3. Requisitos	1039
5.1.19.4. Efeitos.....	1039
5.2. Ofício de Registro de Títulos e Documentos.....	1040
5.2.1. Introdução	1040
5.2.2. Histórico	1041
5.2.3. Conceito	1046
5.2.4. Efeitos	1048
5.2.4.1. Autenticidade do documento.....	1048
5.2.4.2. Perpetuidade e conservação.....	1049
5.2.4.3. Autenticidade de data.....	1050
5.2.4.4. Publicidade.....	1051
5.2.4.5. Validade (eficácia) perante terceiros	1052
5.2.5. Objeto	1053
5.2.6. Regime Jurídico	1055
5.2.7. Princípios.....	1056
5.2.7.1. Princípio da Legalidade	1056
5.2.7.2. Princípio da Publicidade.....	1059
5.2.7.3. Princípio da Territorialidade	1063
5.2.7.4. Princípio da Imediatidate	1065
5.2.7.5. Princípio da Integralidade	1066
5.2.7.6. Princípio do Exame Formal	1067
5.2.7.7. Princípio da Unidade de Tempo	1068
5.2.7.8. Princípio do Duplo Registro.....	1068
5.2.7.9. Princípio da Continuidade.....	1069
5.2.7.10. Princípio da Exatidão.....	1069
5.2.7.11. Princípio da Prioridade	1070
5.2.7.12. Princípio da Distribuição Facultativa	1072
5.2.7.13. Princípio da Subsidiariedade.....	1073
5.3. Atribuições.....	1074
5.3.1. Disposições gerais.....	1074
5.3.2. Instrumentos particulares	1078
5.3.3. Penhor comum sobre coisas móveis.....	1079

5.3.4. Caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bolsa ao portador	1082
5.3.5. Contrato de penhor de animais.....	1083
5.3.6. Contrato de parceria agrícola ou pecuária.....	1084
5.3.7. Mandado judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência	1084
5.3.8. Registro facultativo	1085
5.3.9. Contratos de locação de prédios.....	1086
5.3.10. Documentos decorrentes de depósitos ou de cauções feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais.....	1087
5.3.11. Contratos de fiança.....	1088
5.3.12. Contratos de locação de serviços.....	1091
5.3.13. Contratos de compra e venda, em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, ou de promessas de venda referentes a bens móveis.....	1091
5.3.14. Alienação fiduciária de bens móveis.....	1093
5.3.15. Alienação fiduciária de veículos.....	1099
5.3.16. Documentos de procedência estrangeira.....	1101
5.3.16.1. Introdução.....	1101
5.3.16.2. Objeto.....	1103
5.3.16.3. Espécies de registro para conservação e para efeitos perante terceiros.....	1103
5.3.16.4. Legalização ou consularização de documento estrangeiro.....	1105
5.3.16.5. Casos de dispensa de legalização	1106
5.3.16.6. Apostilamento.....	1107
5.3.17. Quitações, recibos e contratos de compra e venda de automóveis, bem como o penhor destes, qualquer que seja a forma que revistam.....	1109
5.3.18. Atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior	1110
5.3.19. Instrumentos de sub-rogação e de dação em pagamento	1111
5.3.20. Atribuição residual.....	1111
5.4. Escrituração	1112
5.4.1. Livros	1112
5.4.1.1. Disposições gerais.....	1112
5.4.1.2. Livro A – protocolo	1115
5.4.1.3. Livro B - transcrição integral.....	1117
5.4.1.4. Livro C - inscrição por extrato.....	1120
5.4.1.5. Livro D - indicador pessoal.....	1122
5.4.1.6. Livro E – Indicador Real.....	1123
5.4.1.7. Livro F – Registro Facultativo.....	1124
5.4.1.8. Livro G.....	1125
5.4.1.9. Microfilmagem e outros meios eletrônicos de reprodução	1125
5.4.2. Atos registrais	1127
5.4.2.1. Registro	1127

5.4.2.2. Averbações	1128
5.4.2.3. Certificações.....	1129
5.4.2.4. Cancelamentos.....	1130
5.4.3. Conservação no Registro de Títulos e Documentos	1132
5.4.3.1. Disposições gerais.....	1132
5.4.3.2. Competência registral.....	1134
5.4.3.3. Natureza dos títulos passíveis de registro para fins de conservação.....	1135
5.4.3.4. Registro facultativo e sigilo.....	1135
5.4.4. Responsabilidade civil.....	1136
5.5. Competência e Prazo	1138
5.5.1. Competência.....	1138
5.5.1.1. Competência geral.....	1138
5.5.1.2. Competência especial.....	1139
5.5.2. Prazo para registro e seus efeitos	1140
5.6. Qualificação registral.....	1141
5.6.1. Disposições gerais.....	1141
5.6.2. Qualificação negativa.....	1142
5.6.2.1. Disposições gerais.....	1142
5.6.2.2. Dúvida registral.....	1143
5.6.2.3. Suspeita de falsidade.....	1143
5.6.3. Qualificação positiva.....	1144
5.7. Notificações extrajudiciais	1146
5.7.1. Conceito	1146
5.7.2. Finalidade	1148
5.7.3. Requisitos essenciais	1149
5.7.3.1. Competência para o assentamento e cientificação.....	1149
5.7.3.2. Registro do documento.....	1149
5.7.3.3. Solicitação do interessado.....	1150
5.7.3.4. Cientificação do destinatário.....	1150
5.7.4. Características	1151
5.7.4.1. Forma.....	1151
5.7.4.1.1. Pessoalidade do destinatário.....	1151
5.7.4.1.2. Qualificação registral	1152
5.7.4.1.3. Diligências	1153
5.7.4.1.4. Completude	1155
5.7.4.1.5. Territorialidade.....	1156
5.7.4.1.6. Registro e lançamento marginal da averbação	1157
5.7.4.2. Prazos.....	1158
5.7.4.3. Horário para cumprimento das diligências.....	1158
5.7.4.4. Cumprimento da notificação.....	1159
5.7.4.5. Notificação por hora certa.....	1160

5.7.4.6. Notificação por ata notarial	1161
5.8. Questões registrais especiais.....	1162
5.8.1. Registro de cópias simples e autenticadas.....	1162
5.8.2. Reconhecimento de firma	1163
5.8.3. Ata de condomínio.....	1164
5.8.4. Aval.....	1165
5.8.5. Bibliografia.....	1167